

IGOR RIKER

**A  
PRESTAÇÃO  
DE CONTA  
PARTIDÁRIA**

Reflexões sobre temas controversos

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

# Sumário

<b>Capítulo 1 A Dispensabilidade do Parecer Fiscal da Comissão Fiscal e da Escrituração Contábil Digital (ECD) .....</b>	<b>1</b>
1. Introdução ao Tema.....	1
2 O Assento Legal.....	1
3. A Escrituração Contábil Digital (EDC) e o Parecer do Conselho Fiscal.....	4
4. A geração e o envio da escrituração contábil digital (ECD) .....	5
5. A Penalidade pelo Atraso ou a não Entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) .....	6
6. O Parecer Do Conselho Fiscal .....	16
7. A Posição dos Tribunais Regional e do Tribunal Superior Eleitoral .....	17
8. Conclusão.....	24
<b>Capítulo 2 A Imunidade Tributária dos Partidos Políticos.....</b>	<b>27</b>
2 Introdução .....	27
2.1 O Conceito de Imunidade Tributária .....	27
2.2 As Limitações ao Poder de Tributar .....	28
2.3 As Entidades Beneficiadas.....	28
2.4 As Implicações da Imunidade Tributária .....	29
2.5 Imunidade Tributária para Partidos Políticos e suas Fundações ...	29
2.5.1 A Justificativa da Imunidade .....	29
2.5.2 A Abrangência da Imunidade.....	30

2.5.3 Outras Finalidades .....	30
2.5.4 As Implicações Práticas.....	31
2.5.5 Os Desafios e as Críticas .....	31
2.6 A Imunidade Tributária <i>Versus</i> a Isenção.....	32
2.7 A Relevância da Sede do Partido Política e a Imunidade Tributária .....	32
2.8 A Imunidade Tributária dos Partidos Políticos - Norma Constitucional Autoaplicável .....	32
2.9 A Importância da Lei Complementar para o Direito Tributário....	33
2.9.1 As Funções da Lei Complementar em Matéria Tributária ...	35
2.9.2 A Segurança Jurídica .....	36
2.9.3 A Cooperação Federativa.....	37
2.9.4 A Efetividade das Normas Constitucionais.....	37
2.9.5 Exemplos Práticos .....	37
2.9.6 Os Impostos Albergados pela Imunidade Tributária.....	41
2.9.7 Os Precedentes da Justiça Eleitoral .....	42
2.9.8 O Alcance da Imunidade Tributária .....	45
2.9.9 Os Precedentes do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais .....	47
2.10 O Reflexo das Decisões que Reconhecem a Imunidade Tributária .....	51
2.10.1 A Emenda Constitucional n.º 133/2024.....	54
2.10.2 A Natureza Jurídica do Artigo 150 da CRFB/1988 - Norma Constitucional de Eficácia Contida.....	55

2.10.3 Norma Constitucional de Eficácia Plena .....	55
2.10.4 As Normas Constitucionais de Eficácia Contida.....	57
2.11 Conclusão.....	59
<b>Capítulo 3 A Aplicação do Instituto do</b>	
<b>Adimplemento Substancial pela Justiça Eleitoral .....</b>	<b>61</b>
3 Introdução .....	61
3.1 O Conceito da Teoria do Adimplemento Substancial .....	61
3.2 A Aplicação da Teoria do Adimplemento	
Substancial pelos Tribunais .....	64
3.3 O Princípio da Proporcionalidade e Razoabilidade .....	67
3.4 A Ponderação sobre o Cumprimento da	
Obrigação e a Necessidade de Sanção .....	68
3.5 A Jurisprudência Aplicável e Prerrogativa	
Judicial de Reavaliação das Astreintes .....	68
3.6 A Decisão Final.....	69
3.7 A Análise dos Critérios Qualitativos e Quantitativos.....	73
3.8 Conclusão .....	78
<b>Capítulo 4 Os Limites Técnicos e Funcionais do</b>	
<b>Órgão Técnico Contábil ao Emitir um Laudo Contábil.....</b>	<b>81</b>
4 Introdução.....	81
4.1 O Novo Código de Processo Civil Aplicado Subsidiaria	
e Supletivamente ao Direito Eleitoral.....	81
4.2 O Conceito de Prova Pericial.....	82
4.3 O Perito Judicial - O Expert Auxiliar do Juízo .....	84

4.4 O Parecer - Laudo Pericial Contábil por Natureza – A Adstrição e Correlação à Especialidade Técnica – Proibição de Consideração e Valoração Jurídica do Meio de Prova .....	85
4.5 A Valoração Da Prova .....	89
4.6 Os Modelos de Avaliação da Prova .....	91
4.7 O Exercício Pericial para Além do seu Munus Público .....	92
4.8 Conclusão .....	95
<b>Capítulo 5 A Emenda Constitucional n.º 133/2024</b>	
<b>– O Refinanciamento das Dívidas Partidárias .....</b>	<b>99</b>
5 Introdução.....	99
5.1 A Emenda Constitucional n.º 133/2024 .....	99
5.2 A Obrigatoriedade de Aplicação de Recursos para Candidaturas de Pessoas Pretas e Pardas .....	99
5.3 O Reforço à Imunidade Tributária dos Partidos Políticos.....	100
5.4 A Criação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para os Partidos Políticos.....	100
5.5 A Utilização de Recursos do Fundo Partidário para a Quitação de Débitos.....	101
5.6 A Aplicação da Emenda Constitucional aos Processos de Prestação de Contas Anteriores.....	101
5.7 O Impactos nos Partidos Políticos .....	102
5.7.1 Conceitos Fundamentais .....	102
5.7.1.1 A Autonomia Partidária .....	102
5.7.1.2 A Imunidade Tributária dos Partidos Políticos .....	103
5.7.1.3 O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).....	103

5.7.1.4 A Obrigação de Aplicar Recursos em Candidaturas de Pessoas Pretas e Pardas .....	103
5.7.1.5 A Ampliação da Imunidade Tributária e o Impacto nas Sanções Fiscais .....	103
5.7.1.6 O Novo Refis e os Benefícios para os Partidos Políticos .....	104
5.8 Precedentes da Justiça Eleitoral - Estudo de Casos.....	104
5.8.1. Dispositivo e tese .....	104
5.9 Conclusão .....	108

**Capítulo 6 O Princípio do Enriquecimento Sem Causa e a Coisa  
Julgada nas Ações de Prestações de Contas de Candidatos .....** 111

6 Introdução.....	111
6.1 A Prestação de Contas de Candidatos .....	111
6.2. O Escopo das informações exigidas (inciso I).....	112
6.3. A Digitalização e uso do SPCA/TSE.....	114
6.4. O Poder de requisição da Justiça Eleitoral (art. 53, § 2º).....	114
6.5 O Contexto Normativo.....	115
6.6 A Aprovação .....	116
6.7 A Aprovação com Ressalva .....	117
6.8 A Desaprovação .....	117
6.9 A Não Prestação de Contas .....	118
6.10 O Procedimento de Regularização das Contas de Campanha ...	120
6.10.1. Decisão que julga contas eleitorais como não prestadas....	120
6.10.2. Principais consequências para o candidato ou candidata (Inciso I do Art. 80).....	121

6.10.3. Principais consequências para o partido político (Inciso II do Art. 80).....	121
6.10.4. A Regularização da situação após a decisão transitada em julgado (§§ 1º e 2º) .....	122
6.11 O Princípio do Enriquecimento Sem Causa Aplicado na Justiça Eleitoral .....	124
6.11.1 A Prestação de Contas de Campanha.....	124
6.11.2 A Inelegibilidade e Cassação de Mandato .....	125
6.11.3 A Anulação de Votos.....	125
6.11.4 A Análise de Precedentes Judiciais .....	126
6.11.4.1 Devolução de Valores ao Erário Público (Fundo Partidário e Fundo Especial) .....	126
6.11.4.2. Devolução de Recursos Após Rejeição de Contas (Eleições de 2020) .....	126
6.12 Conclusão.....	127

**Capítulo 7 A Ilegitimidade Passiva do Diretório Nacional Diante das Decisões que os Imputam o Dever de Pagar dos Diretórios Regionais e Municipais ..... 129**

7 Introdução.....	129
7.1 A Autonomia e a Independência Financeira dos Órgãos Partidários .....	130
7.2 A Ausência de Previsão Legal para a Solidariedade .....	133
7.3 A Violação do Contraditório e da Ampla Defesa.....	137
7.4 A Ilegitimidade Passiva do Diretório Nacional .....	139
7.5 Os Embargos de Terceiro na Justiça Eleitoral – A Defesa do Executado .....	141
7.6 Conclusão.....	146

<b>Capítulo 8 A Desconsideração da Personalidade Jurídica se Aplica aos Partidos Políticos .....</b>	<b>149</b>
8 Introdução.....	149
8.1 O Contexto Fático .....	149
8.2 A Desconsideração Personalidade Jurídica no Direito Brasileiro.....	150
8.3 A Teoria Maior .....	152
8.4 O Contexto para a Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica aos Partidos .....	153
8.5 A Função Social do Contrato.....	156
8.5.1 A Limitação da Autonomia Privada.....	156
8.5.2 A Preservação de Direitos de Terceiros e da Coletividade.....	156
8.5.3 A Busca pela Justiça Contratual.....	157
8.6 Conclusão .....	161
<b>Capítulo 9 A Solidariedade das Esferas Partidárias no Cumprimento de Sentença .....</b>	<b>163</b>
9 Introdução.....	163
9.1 A Análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 7415 ...	163
9.1.1 Pontos Importantes Extraídos da Petição Inicial.....	164
9.1.2 A Posição da Advocacia-Geral da União (AGU) .....	165
9.1.3 A Posição da Procuradoria-Geral da República (PGR) ....	165
9.2 O Cumprimento de Sentença.....	166
9.2.1 A Resolução TSE n.º 23.709/2022 – Aspectos Processuais e Materiais .....	166



9.2.2 Aspectos Processuais.....	167
9.2.3 Competência e Aplicação Supletiva.....	167
9.2.4 Execução das Multas e Sanções Pecuniárias.....	169
9.2.5 O Parcelamento .....	169
9.3 Cumprimento Definitivo de Sentença .....	170
9.3.1 Aspectos Materiais .....	170
9.3.2 Multas Eleitorais.....	171
9.3.3 Penalidades Processuais .....	171
9.3.5 Sanções Aplicadas em Processos de Prestação de Contas.....	173
9.3.6 Sanções Relativas à Participação das Mulheres na Política....	173
9.5 Conclusão.....	176

## **Capítulo 10 A Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) n.º 31**

### **– A inexistência de Solidariedade entre as Esferas Partidárias .....** 179

10 Introdução.....	179
10.1 O Contexto do Julgamento e o Objeto da Ação.....	179
10.1.1 As Razões de Decidir (Ratio Decidendi).....	179
10.1.2 Os Fundamentos Jurídicos Utilizados.....	180
10.1.3 Os Dispositivos Legais e o Texto Constitucional Aplicados....	181
10.1.4 A Legislação Infraconstitucional .....	181
10.1.5 A Jurisprudência Aplicada .....	182
10.1.6 A Decisão Final do Supremo Tribunal Federal.....	182
10.1.7 Os Impactos Práticos da Decisão .....	182

10.2 O Cotejamento entre a ADC n.º 31 e a ADI n.º 7415 .....	183
10.2.1 A Cronologia Legislativa .....	183
10.2.2 Soluções Jurídicas.....	187
10.2.3 Soluções Financeiras.....	188
10.3 Conclusão .....	188
<b>Bibliografia.....</b>	<b>191=</b>